

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 533.196 - SC (2019/0274784-4)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE : GUILHERME ALEXANDRE FERREIRA**  
**ADVOGADO : GUILHERME ALEXANDRE FERREIRA - SC033173**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PACIENTE : JONATHAN CANDIDO SILVEIRA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de JONATHAN CANDIDO SILVEIRA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, proferido no julgamento do Recurso em Sentido Estrito n. 0000308-74.2019.8.24.0083.

Consta dos autos que o paciente foi condenado em primeiro grau à pena de 1 (um) ano, 8 (oito) meses e 21 (vinte e um) dias de reclusão, em regime semiaberto, e ao pagamento de 16 (dezesesseis) dias-multa, por infração ao disposto no art. 155, § 4º, I, II, IV, c/c art. 14, II, ambos do Código Penal (furto qualificado tentado).

Relata o impetrante que foi interposta apelação, contudo, o Juiz de primeiro grau julgou intempestivo o recurso ante a desnecessidade de intimação do paciente e em razão do seu antigo procurador já ter sido intimado da sentença condenatória.

Irresignada, a defesa interpôs recurso em sentido estrito perante o Tribunal de origem, que negou provimento ao recurso em acórdão assim ementado (fl. 33):

*RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO. FURTO TENTADO QUALIFICADO PELA ESCALADA, ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO E CONCURSO DE AGENTES. (ART. 155, § 4º, INCISOS I, II E IV, C/C ART. 14, INCISO II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL). INCONFORMISMO CONTRA DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO A APELAÇÃO INTERPOSTA PELO RÉU POR CONSIDERÁ-LA INTEMPESTIVA (ART. 581, XV, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL). RÉU SOLTO DURANTE A INSTRUÇÃO CRIMINAL NÃO INTIMADO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA. DESNECESSIDADE. DEFENSOR CONSTITUÍDO REGULARMENTE INTIMADO PELA IMPRENSA OFICIAL. SUFICIÊNCIA. EXEGESE DO ART. 392, INC. II, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTA CORTE. RECLAMO PROTOCOLIZADO POR NOVO PROCURADOR FORA DO*

# Superior Tribunal de Justiça

*QUINQUÍDIO LEGAL. OPERADA A PRECLUSÃO CONSUMATIVA. INTEMPESTIVIDADE. "A obrigatoriedade de intimação pessoal do acusado para tomar ciência da sentença somente ocorre se este estiver preso, podendo ser dirigida unicamente ao patrocinador da defesa, pela imprensa oficial, na hipótese de réu solto, segundo prevê o art. 392, incisos I e II, c.c. o art. 370, parágrafo único, ambos do Diploma Processual Penal, pois satisfaz a garantia do contraditório e da ampla defesa. Precedentes." (RHC 105.285/RJ, Rel. Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, julgado em 11/04/2019, DJe 30/04/2019). RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.*

No presente *mandamus*, sustenta o impetrante que *"a intimação de sentença penal condenatória deve ser feita tanto ao paciente quanto a seu defensor, ao contrário do afirmado pelo Magistrado"* (fl. 5).

Pretende, assim, *"a concessão, liminarmente e também no mérito, da ordem de habeas corpus, para que seja reformada a decisão, com o consequente recebimento do apelo defensivo"* (fl. 8).

Liminar indeferida às fls. 45/47.

Informações prestadas às fls. 56/106.

O Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem, conforme parecer de fls. 110/113.

Brevemente relatado, decido.

Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal – STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal que justifique a concessão da ordem de ofício.

O Tribunal de origem negou provimento ao recurso sentido estrito lá interposto mediante a seguinte fundamentação:

*De fato, não foi realizada a intimação do réu, mas esta é desnecessária no caso. Explico: estando ele solto, basta a intimação pessoal do seu defensor (se nomeado) ou por meio do Diário da Justiça (se constituído), conforme a previsão contida nos artigos 370, §1º e 392, inciso II, do Código de Processo Penal:*

*"Art. 370. Nas intimações dos acusados, das testemunhas e demais pessoas que devam tomar conhecimento de qualquer ato, será observado, no que for*

# Superior Tribunal de Justiça

aplicável, o disposto no Capítulo anterior.

§ 1º A intimação do defensor constituído, do advogado do querelante e do assistente far-se-á por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca, incluindo, sob pena de nulidade, o nome do acusado.

[...] Art. 392. A intimação da sentença será feita:

I - ao réu, pessoalmente, se estiver preso;

II - ao réu, pessoalmente, ou ao defensor por ele constituído, quando se livrar solto, ou, sendo afiançável a infração, tiver prestado fiança." (grifei).

*No caso presente, o réu responde o processo em liberdade (fls. 334/335, dos autos originários) e é assistido por defensor constituído (fl. 322), o qual foi devidamente intimado da sentença condenatória por meio eletrônico (fls.*

*457, dos autos originários).*

*O réu, por sua vez, não foi intimado pessoalmente em decorrência da impossibilidade de sua localização.*

*Segundo consta na certidão de fl. 423 dos autos de n.*

*0000728-50.2017.8.24.0083, as diligências (grifa-se, no plural) realizadas pelo senhor Oficial de Justiça foram infrutíferas porque, de acordo com as informações prestada pela própria genitora do acusado, ele estaria "trabalhando na praia" por um certo período, e não informou a data do seu retorno.*

*Não obstante a isso, como salientado, é desnecessária a intimação pessoal de réu solto com defensor constituído acerca da sentença, sendo bastante a cientificação de seu advogado.*

*Levando em conta esse entendimento, observa-se que, conforme certidão de fl. 458 dos autos originários, o advogado do recorrente foi intimado por meio eletrônico da decisão no dia 24 de outubro de 2018 (quinta-feira), razão pela qual o prazo recursal findou em 29 de outubro de 2018 (segunda-feira).*

*Todavia, a petição foi protocolada pelo novo defensor constituído somente em 29 de janeiro de 2019, mais precisamente às 08:26:46 horas - consoante informação do e-SAJ -, portanto, após o prazo legal do artigo 593, caput, do Código de Processo Penal.*

*Assim, tendo em vista que o recurso de apelação só foi protocolizado 03 (três) meses depois do prazo legal, não há dúvidas quanto a sua intempestividade (fls. 33/41).*

Com efeito, nos termos da jurisprudência consolidada nesta Corte Superior, tratando-se de paciente que respondeu solto à ação penal, não há falar em obrigatoriedade de intimação pessoal da sentença condenatória.

A Corte de origem ainda fez constar que várias diligências foram efetuadas na intenção de localizar o paciente, tendo todas elas restado infrutíferas.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Some-se a isso, o fato de apenas três meses após a sentença ter sido publicada é que o recurso foi interposto, o que torna evidente o transcurso *in albis* do prazo recursal.

Nesse sentido:

*HABEAS CORPUS SUBSTITUTO DE RECURSO ESPECIAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PECULATO. APELAÇÃO INTEMPESTIVIDADE. SUSPENSÃO DOS PRAZOS. APLICAÇÃO DO ART. 220 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA RÉ ACERCA DA SENTENÇA. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. ACUSADO SOLTO. PRESCINDIBILIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. INTIMAÇÃO POR MEIO DE ADVOGADO CONSTITUÍDO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

*1. O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade. 2. De acordo com a jurisprudência desta Corte, não se aplica o disposto no art. 220 do Código de Processo Civil, regulamentado pela Resolução n. 244, de 19/9/2016, do Conselho Nacional de Justiça, aos feitos com tramitação perante a justiça criminal, ante a especialidade das disposições previstas no art. 798, caput, e § 3º, do CPP, motivo pelo qual não há falar em suspensão dos prazos processuais na seara penal entre os dias 20 de dezembro a 20 de janeiro.*

*3. O Código de Processo Penal dispõe, no art. 392, II, que a intimação da sentença será feita ao réu pessoalmente ou ao defensor por ele constituído, quando se livrar solto, ou, sendo afiançável a infração, tiver prestado fiança. Com efeito, tratando-se de réu solto, basta a intimação do advogado constituído da sentença condenatória, não se exigindo a intimação pessoal do acusado.*

*4. Habeas corpus não conhecido (HC 481.476/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 07/08/2019)*

*RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIME DE ROUBO MAJORADO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE POR AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. RÉU SOLTO DURANTE A INSTRUÇÃO CRIMINAL. DEFENSOR CONSTITUÍDO REGULARMENTE INTIMADO PELA IMPRENSA OFICIAL. DOMICÍLIO NECESSÁRIO. IRRELEVÂNCIA. VÍCIO NÃO CARACTERIZADO. RECURSO DESPROVIDO.*

*1. A obrigatoriedade de intimação pessoal do acusado*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*para tomar ciência da sentença somente ocorre se este estiver preso, podendo ser dirigida unicamente ao patrocinador da defesa, pela imprensa oficial, na hipótese de réu solto, segundo prevê o art. 392, incisos I e II, c.c. o art. 370, parágrafo único, ambos do Diploma Processual Penal, pois satisfaz a garantia do contraditório e da ampla defesa. Precedentes.*

2. "Não havendo o dispositivo legal excepcionado o possuidor de domicílio necessário, não há constrangimento ilegal na ausência de intimação pessoal de acusado solto que, ao tempo da sentença, ocupava o cargo de bombeiro militar." (RHC 146320 AgR, Relator Ministro EDSON FACHIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/12/2017, DJe 07/02/2018).

3. *Recurso desprovido* (RHC 105.285/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 30/04/2019)

Ausente, portanto, qualquer constrangimento ilegal que justifique a concessão da ordem de ofício.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XVIII, alínea *a* do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço da presente impetração.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator